

--- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AZAMBUJA DO DIA 18 DE DEZEMBRO DE 2020 --- LOCAL DA REUNIÃO – A Reunião foi realizada por videoconferência, teve início às quinze horas e estiveram presentes, pelo Grupo do PS, o Sr. Presidente Luís Manuel Abreu de Sousa e os Srs. Vereadores Sílvia Margarida Narciso Vitor, Silvino José da Silva Lúcio e António José Matos, pelo Grupo do PSD, o Sr. Vereador Rui Pedro Figueiredo Corça e a Sr. Vereador José Paulo Pereira e, pela CDU, o Sr. Vereador David José Pinto Mendes. -----

--- Secretariou a reunião a Diretora do Departamento Administrativo Maria Irene Lameiro -----

-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

-----EXPEDIENTE-----

--- Proposta 130/P/2020– Orçamento (e Plano Orçamental Plurianual) e Grandes Opções do Plano para o período 2021/2025 -----

--- O Sr. Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:-----

--- “Considerando as competências da Câmara Municipal no âmbito da elaboração dos documentos previsionais, conforme alínea c) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

--- Proponho que a Câmara delibere;-----

--- 1--- aprovar a proposta de Orçamento (e Plano Orçamental Plurianual) e das Grandes Opções do Plano (que incluem o Plano de Atividades Municipais e o Plano Plurianual de Investimentos) para o período 2021/2025;-----

---2. que os documentos sejam submetidos à Assembleia Municipal, nos termos da alínea a), do nº 1, do Art.º 25.º da lei acima referida.”-----

--- O Sr. Presidente apresentou o documento abordando os aspetos que dificultaram a elaboração e apresentação do mesmo, designadamente a introdução do novo sistema contabilístico, problemas de cariz informático, o novo modelo dos documentos (5 anos) a opção por nunca encerrar os serviços, a existência de funcionários e familiares em isolamento, e em grande parte os problemas ligados à pandemia. Por outro lado, para além das responsabilidades acrescidas decorrentes da transferência de competências, muitas das grandes obras que se deveriam ter realizados não avançaram, tendo transitado algumas quase integralmente para 2021, de notar, o investimento previsto em diversas obras de arruamentos, em especial na manutenção e conservação de estradas no concelho, requalificação de arruamentos na Rua Eng. Moniz da Maia e na Rua Vitor Cordon em Azambuja e beneficiação da Avenida Gago Coutinho em Vila Nova da Rainha, pavimentação e criação de uma ciclovia entre Azambuja e Virtudes, conclusão do reordenamento urbano no Maxial, em Alcoentre, Rua das Flores em Quebradas e lançamento da obra da requalificação urbana na Rua Alto da Calçada entre Alcoentre e Casais das Boiças. Estão ainda programadas várias intervenções em edifícios municipais, nomeadamente o início da obra da requalificação dos espaços interiores do Edifício da Divisão do Urbanismo e pintura exterior do Edifício Paços do Concelho. Relativamente às escolas, referiu estar prevista a submissão da candidatura e lançamento da empreitada da obra para a requalificação do bloco 1 da Escola Secundária bem como a instalação de uma cobertura no campo de jogos da EB de Azambuja. Estão ainda previstas intervenções em espaços verdes e parques infantis, nas diversas freguesias, com especial relevo para o Parque Urbano da Milhriça, em Aveiras de Cima, Parque Ambiental e Ecológico e Requalificação do Jardim São Sebastião e Largo de Palmela, ambos em Azambuja, assim como a conclusão do mercado de Manique do Intendente. Para finalizar informou que os principais objetivos estratégicos para 2021 incidirão nas áreas da Educação e Intervenção Social, do Ambiente e Saneamento, do Desenvolvimento Económico e Social e Emprego, a par da Consolidação e Sustentabilidade das Finanças Municipais.-----

--- Interveio o Senhor Vereador David Mendes considerando que o documento era um orçamento de continuidade. Criticou a previsão da receita por ser muito otimista e, quanto ao PPI, alertou para que muitas obras estão a ser “chutadas” para o futuro. Pede explicação quanto aos valores inscritos a título de FEF e estranhou o desaparecimento da obra da R. da Arameira. -----

--- O Sr. Presidente afirmou que o projeto da R. da Arameira não estava esquecido. O projeto estava concluído e a intervenção seria para mais de 1 milhão de euros, tornando incomportável a sua inclusão no orçamento para 2021. Foi explicado que as verbas inscritas no orçamento da receita – impostos indiretos – decorriam do cálculo legal, enquanto que a verba do FEF constitui a verba patente no OGE 21.

--- O Sr. Vereador Rui Corça discorreu sobre o que constitui a situação mais marcante do ano – a pandemia – e argumentou não ver as consequências da crise que vai acontecer em 2021 espelhada no orçamento em análise, nem ao nível do texto nem ao nível da afetação de verbas. Considerou que nem a população nem os empresários podem contar com coisa nenhuma. Perguntou as razões para não se ver incluídas

verbas convenientes para a educação em comparação com turismo, porque é que as Juntas de Freguesia recebiam menos verba, considerou que não se anteviam novas medidas de apoio social. -----

--- O Sr. Vereador Matos considerou que a intervenção do Vereador Rui Corça fora demagógica, referindo que o documento espelhava as dificuldades com que nos debatemos. O Turismo, por exemplo, tem um peso grande devido ao valor da intervenção na Vala do Esteiro. Salientou que todos pretendiam que as obras se fizessem e o mais rápido possível, lembrando que a obra em questão se mantém em orçamento desde o início do mandato. Existe uma carga burocrática nos processos que os atrasam sem que se possa fazer nada. -----

--- O Sr. Presidente esclareceu que muitas das rubricas ficaram com verba a definir devido ao facto de termos de ter obras com verbas alocadas desde início do ano. Teria de se proceder a uma redistribuição de verbas com a revisão orçamental. -----

--- A Sra. Vereadora Sílvia Vitor apontou para o facto de quase todas as ações dependerem da evolução da pandemia, havendo, por parte dos serviços, capacidade de adaptação aos problemas de saúde. Informou que todos os projetos estão a ser revistos e alterados, gradualmente, pelos técnicos da autarquia. As verbas de apoios às IPSS serão aumentadas, assim como os apoios ao nível dos cheques alimentares e farmácia. Em conjunto com a Sta. Casa e a Adm. Central conseguiu-se apoiar muito mais população. Lembrou que no âmbito da Saúde a Câmara detém competências muito restritas. Muita atividade é realizada em parceria com as entidades competentes, daí não estarem refletidas no documento. -----

--- O Sr. Vereador José Paulo Pereira considerou que deveria estar espelhada, no orçamento, uma estratégia que retratasse a crise por que passamos, daí considerá-lo utópico. Lembrou ter sido Vereador, há mais de 20 anos e, a atual discussão não se afasta muito da de outrora. Crê que estejam a fazer o melhor possível, as perspetivas e opções é que não são as mesmas. Considera não existir uma estratégia global de desenvolvimento para o Concelho. Era altura de esquecer as cores políticas para abordar estes problemas. -----

--- O Sr. Presidente agradeceu a colaboração. Referiu que a Educação é uma área de que todos gostamos. Lembrou que a Escola Secundária só agora pertence à Câmara Municipal, pertencendo, até agora, à esfera da responsabilidade da Administração Central. Fizemos o projeto, assumindo os custos, e o valor da candidatura só será suficiente para o bloco central. Está a ser feito o levantamento do campo de jogos. -

--- A Sra. Vereadora Sílvia Vitor explicou que a Câmara procedeu à requalificação da escola de Vila Nova da Rainha, daí não ter amianto. A escola secundária e Básica, ao nível da requalificação, ainda não são da competência da Câmara, sendo que a Câmara se antecipou de forma a proporcionar as condições necessárias aos nossos alunos -----

--- O Sr. Vice-Presidente apontou para o esforço com a submissão de candidaturas para a realização de obras. Há, contudo, intervenções a que se tem de dar prioridade e existem regras para a elaboração do orçamento. Considerou que ninguém é insensível às dificuldades com que a economia e a sociedade se debatem, e que são situações imprevisíveis. Há situações que vêm do passado e que permanecem por compromissos assumidos. -----

--- O Sr. Vereador David Mendes apontou para a aparente demora na realização de obras, perguntando se se trata de um problema sistémico que tem de ser averiguado. Esta situação tem vindo a congelar verbas ao longo dos anos e estamos perante projetos globalizadores que podem projetar o Município numa senda de futuro. -----

--- O Sr. Vereador Rui Corça defendeu que as posições que defende não são ditadas por cores políticas, mas pela diferença das opções estratégicas. Assinalou que aparecem propostas no presente documento que apareceram em 2020 e que serão repetidas em 2022. Reafirmou que os documentos são irrealistas, não tendo em devida conta o quadro da pandemia, daí justificou o PSD votaria contra. -----

--- Uma vez posta a votação a Proposta 129/P/2020 foi aprovada com quatro votos a favor (PS) dois votos contra (PSD) e uma abstenção (CDU). -----

– Proposta 131/P/2020– Autorização Genérica para Assunção de Compromissos Plurianuais -----

--- O Sr. Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: -----

--- “Considerando: -----

--- o nº 1 do artigo 12º do Decreto-Lei 127/2012, de 21 de junho (procedimentos de aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso [LCPAI], alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho, prevê que, para efeitos de aplicação da alínea c) do nº 1 do artigo da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão

deliberativo competente poderá ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano (GOP);-----

--- as Grandes Opções do Plano vão ser apreciadas e votadas em sessão da Assembleia Municipal;-----

--- a assunção, ao longo do ano económico, de compromissos plurianuais obrigaria a realização de um elevado número de sessões da Assembleia Municipal para o cumprimento do artigo 6º da LCPA, prejudicando os prazos de realização de muitas atividades e projetos e atrasando a concretização das GOP.-----

--- Proponho solicitar à Assembleia Municipal que:-----

--- 1 - ao abrigo do nº 1 do artigo 12º do Decreto-Lei nº 127/2012, delibere conceder autorização prévia para a assunção dos compromissos plurianuais relativos aos contratos cuja despesa esteja prevista nas Grandes Opções do Plano de 2021-2025 (Plano de Atividades Municipais e Plano Plurianual de Investimentos), bem como a sua reprogramação desde que não implique aumento global de despesa;

--- 2— Relativamente aos compromissos plurianuais não previstos no ponto anterior, delegue no Presidente da Câmara Municipal, ao abrigo do 3 do artigo 6º da LCPA, a competência para autorização de compromissos plurianuais nas situações em que o valor do compromisso plurianual é inferior ao montante a que se refere a alínea b) do nº 1 do artigo 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho.-----

Nota: em todas as reuniões/sessões ordinárias dos órgãos municipais será presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização genérica que ora se propõe.”-----

--- O Sr. Vereador Rui Corça informou que como era hábito neste tipo de documento o PSD votaria contra.

--- Uma vez posta a votação a Proposta 131/P/2020 foi aprovada com cinco votos a favor (PS e CDU) e dois votos contra (PSD).-----

--- ENCERRAMENTO-----

--- Eram dezassete horas e vinte minutos, quando o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião.-----

--- Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente e pela Diretora do Departamento Administrativo Maria Irene Lameiro, sob cuja responsabilidade foi elaborada.-----

<https://www.facebook.com/municipioazambuja/videos/411796636856593>

